



Número: **0817860-64.2017.8.20.5106**

Classe: **EXECUÇÃO FISCAL**

Órgão julgador: **2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **20/11/2017**

Valor da causa: **R\$ 36.180,32**

Assuntos: **ICMS / Incidência Sobre o Ativo Fixo**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado	
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (EXEQUENTE)				
PAGUE MENOS SUPERMERCADOS DO OESTE LTDA (EXECUTADO)				
Documentos				
Id.	Data	Documento		Tipo
167778381	23/10/2025 13:44	<a href="#">Edital</a>		Edital



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Secretaria Unificada Das Varas da Fazenda Pública de Mossoró/RN  
Alameda Das Carinaubeiras, nº 355, Presidente Costa e Silva  
CEP 59625-410, Mossoró/RN

Processo nº 0817860-64.2017.8.20.5106

**EDITAL DE PRAÇA, LEILÃO E DE INTIMAÇÃO**  
PRAZO: 05 (CINCO) DIAS

CERTIFICO que, em cumprimento à(s) determinação(ões) deste juízo, enviei para publicação no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, o despacho/decisão retro cuja transcrição segue abaixo, a ser publicado.

Processo n.º 0817860-64.2017.8.20.5106 - EXECUÇÃO FISCAL (1116)  
EXEQUENTE: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
EXECUTADO(A): EXECUTADO: PAGUE MENOS SUPERMERCADOS DO OESTE LTDA

**OBJETO: 01 (Um) terreno de criar e plantar, no Município de Mossoró, num lugar denominado de São José, medindo 107 hectares sem nenhuma benfeitoria e com mata original, conforme Auto de Penhora. Confinando-se ao norte com Luiz Nilton Gomes de Lima; ao sul, com João Januário de Lima; ao leste, com Pedro Cosme Carneiro; e, ao oeste, com terras da Lagoa dos Alves. Avaliado em 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) o hectare, Totalizando R\$ 256.800,00 (duzentos e cinquenta e seis mil e oitocentos reais) (oitenta mil reais), em 09/09/2024, conforme Auto de Reavaliação de ID nº 13065227.**

A Excelentíssima Sra. Dra. **KÁTIA CRISTINA GUEDES DIAS**, Juíza de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber a quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que este Juízo levará à venda em LEILÃO JUDICIAL o bem acima identificado na modalidade LEILÃO EXCLUSIVAMENTE ON LINE, o qual ocorrerá no **dia 28 de novembro de 2025, às 10hs**, em primeiro leilão através do site [www.robertofernandesleiloes.com.br](http://www.robertofernandesleiloes.com.br), não havendo licitante o lance superior à avaliação na data supra designada, fica, desde logo, designada, **na mesma data, pelas 11h00 horas**, a realização do Segundo Leilão Judicial, transmitido através do site [www.robertofernandesleiloes.com.br](http://www.robertofernandesleiloes.com.br) para venda a quem mais der e maiores vantagens oferecer, com lance mínimo de 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação (art. 891 do CPC), sem que haja necessidade de renovar a publicação do edital e sob as condições adiante descritas, na forma que se segue:

1- MODALIDADE: O Leilão Público será exclusivamente ON LINE. Os licitantes que desejarem participar do leilão deverão aderir às regras constantes no site [www.robertofernandesleiloes.com.br](http://www.robertofernandesleiloes.com.br);



2 - COMISSÃO DE LEILOEIRO: O preço da arrematação do bem, taxas ou impostos para transmissão do mesmo, bem como a remuneração do Leiloeiro Público, Roberto Alexandre Neves Fernandes Filho, através da Portaria N° 307/2021 - TJ, de 24 de fevereiro de 2021, a qual atribuo no percentual de 5% (cinco por cento), que ficarão a cargo do arrematante, que deverá garantir o lance no ato, via Depósito Judicial (Art. 892 do CPC);

3 - OFERTANTES: Poderá oferecer lance quem estiver na livre administração de seus bens, com exceção do rol descrito nos incisos I ao VI do art. 890 do CPC;

4 - ANTECIPAÇÃO DO LANCE: Após a publicação do presente edital, os arrematantes habilitados no site [www.robertofernandesleiloes.com.br](http://www.robertofernandesleiloes.com.br) poderão ofertar lances on line. Na abertura do leilão, o Leiloeiro Público apreciará as propostas existentes, comunicando ao juízo do feito;

5 - REMIÇÃO: Antes da alienação do bem, a parte executada pode, a todo tempo, remir a execução, pagando ou consignando a importância atualizada, acrescida de juros, custas e honorários (art. 826, do CPC), sem prejuízo do direito à adjudicação previsto no art. 876, mediante petição nos autos do respectivo processo, a ser apreciada pelo Juízo da Central de Avaliação e Arrematação. Havendo qualquer tipo de acordo homologado ou remição, após a inclusão do bem em leilão público, o leiloeiro e ou corretor credenciados no juízo, farão jus à comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da dívida satisfeita, até cinco dias úteis da data do leilão (art. 884, Parágrafo único do, CPC; art. 24, Parágrafo único, da Lei no 1.981/1932 e art. 12 caput e §3o, da Resolução no 14/2019-TJRN, de 24/04/2019), sob a responsabilidade dos litigantes;

6 - PAGAMENTO: O pagamento do valor total da arrematação, salvo pronunciamento judicial em sentido diverso, deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.

9 - DESISTÊNCIA DA ARREMATAÇÃO: O arrematante poderá desistir da arrematação nas hipóteses previstas pelo art. 903, § 5o, do CPC, quais sejam: se houver ônus real ou gravame sobre o bem, não mencionado no edital; se a alienação for passível de invalidade, ineficácia ou resolução, na forma do § 1º; se e quando citado para responder a ação autônoma de que trata o § 4º, do mesmo artigo;

10 - DEVOLUÇÃO DE VALORES: Caso, por algum motivo alheio à vontade do arrematante, a arrematação não se confirmar, inclusive nas hipóteses legais de desistência supramencionadas, o valor total pago, inclusive a comissão do leiloeiro, será devolvido ao licitante devidamente corrigido;

11 - APROVEITAMENTO DOS ATOS: Deverá o leiloeiro oficial dispor de todos os lances captados durante o evento, permitindo que, caso o arrematante faça uso da faculdade de desistência, o Juiz, ao seu livre arbítrio, no intuito de aproveitar os atos praticados no leilão, convoque os ofertantes subsequentes para manifestação de interesse em prosseguir como arrematante;

12 - EXCLUSÃO DO BEM: Poderá haver, a qualquer tempo, a exclusão do bem do edital do leilão judicial, independente de prévia comunicação, inclusive após iniciado o leilão judicial.

O presente Edital foi publicado nos seguintes sites: [www.tjrn.jus.br](http://www.tjrn.jus.br) e [www.robertofernandesleiloes.com.br](http://www.robertofernandesleiloes.com.br) e intimadas as partes.

Dado e passado nesta cidade de Mossoró/RN, aos 25 de abril de 2024, eu, Martinho Lúcio da Silva Júnior, conferi e vai devidamente assinado pela MM. Juíza de Direito



**KÁTIA CRISTINA GUEDES DIAS**

Juíza de Direito

(assinado digitalmente na forma da lei nº 11.419/06)

